



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000394-51.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da comarca de São José

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 10/2016-CGJ

Período da correição: 25-4-2016 a 27-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: São José.

Unidade: Vara da Infância e Juventude e Anexos.

Municípios integrantes: São José e São Pedro de Alcântara.

Juiz titular: Ana Cristina Borba Alves.

Chefe de cartório: Ivoni Leal Schaefer.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 15-8-2013. Autos n. 0011460-33.2013.8.24.0600.

Competência: Resolução n. 4/04-TJ. Art. 3º A primeira das três Varas criadas na Comarca de São José pela Lei Complementar nº 224/2002, será denominada Vara da Infância e Juventude e Anexos, com competência privativa para a Infância e Juventude, para os feitos previstos no artigo 96, inciso I, alíneas "c" e "h", no artigo 97 e artigo 98, excetuada a alínea "d" do inciso I, todos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina (CDOJ), desmembrada da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude a qual passará a denominar-se Vara da Família.

Entrância: Especial.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	4.838
1.1.2	Processos em andamento	4.789
1.1.3	Procedimentos em andamento	49
1.1.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.127
1.2.2	Processos em andamento	3.080
1.2.3	Procedimentos em andamento	47
1.2.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos concluídos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	91	481	572
1.3.1.1	Observação			

a) Informações obtidas em 8-7-2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.703	141,92
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.043	170,25
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	723	144,6
1.4.4	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	1.384
	Cível Genérico - Processo	
1.5.1.1	Concluso para Despacho	2
1.5.1.2	Concluso 4	2
	Família – Processo	
1.5.1.3	Ag. Audiência	6
1.5.1.4	Ag. Digitalização	11



1.5.1.5	Ag. Encerramento do Ato	653	
1.5.1.6	Ag. Prazo	109	
1.5.1.7	Concluso para Sentença	4	
1.5.1.8	Concluso 8	1	
1.5.1.9	Cumprir Audiência	13	
1.5.1.10	Escrivão	39	
1.5.1.11	Excepcional	25	
1.5.1.12	Recebido Distribuição	1	
1.5.1.13	Recebido do Juiz – Decisão	79	
1.5.1.14	Recebido do Juiz – Despacho	202	
1.5.1.15	Recebido do Juiz – Sentença	199	
1.5.1.16	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	36	
	Processo Físico – Processo		
1.5.1.17	Ag. Impressão – Vara	1	
1.5.1.18	Observações		

a) Informações obtidas em 8-7-2016.

b) Na data de 8-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 4 processos na fila. O mais antigo data de 9-6-2016.

b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos nesta fila.

b.3) Cumprir urgente: existe 1 processos na fila, que data de 18-4-2016.

b.4) Recebido do Juiz.

Recebido do Juiz – Despacho: existem 432 processos na fila. O mais antigo data de 11-12-2014.

Recebido do Juiz – Decisão: existem 186 processos na fila. O mais antigo data de 3-11-2014.

Recebido do Juiz – Sentença: existem 497 processos na fila. O mais antigo data de 30-4-2015.

b.5) Escrivão: existem 87 processos na fila. O mais antigo data de 26-11-2015.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 9 processos com audiências já realizadas.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos por amostragem. Verificou-se que em 3 (0310725-46.2014.8.24.0064 [REDACTED] SJ e [REDACTED] SJ) há decisão determinando o arquivamento, mas não há a certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ), e em 2 processos [REDACTED] J e 0001480-84.2014.8.24.0064) não há decisão determinando o arquivamento, nem há a certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).

b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos [REDACTED], 0001173-65.2016.8.24.0064SJ, [REDACTED] SJ, [REDACTED] SJ e [REDACTED] SJ), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	1.392	1.640
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		29,05%	34,22%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	171	175
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		591	620
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		152	158
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		277	344
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		1	24
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		7	7
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 8-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		965	417
	Peticionamento eletrônico		63	43
	Mandados		62	62
	AR		405	324
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 8-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	90	95
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 8-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Ministério Público	269	1	183	5
1.6.11.2	Petição Inicial – Ag. Digitalização	1	0	3	0
1.6.11.3	Serviço Social	88	39	96	48
1.6.11.4	Observações				
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 8-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	619		599	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
1.6.12.1	Cargas internas				
1.6.12.2	Juiz (Ana Cristina Borba Alves)	403	179	481	243
1.6.12.3	Juiz (Iasodara Fin Nishi)	3	3	0	0
1.6.12.4	Juiz (Tiane Lohn Mariot)	1	1	0	0
1.6.12.5	Distribuição	4	4	1	1
1.6.12.6	Ministério Público	38	9	15	3
1.6.12.7	Serviço Social	20	8	6	5
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.8	Advogado	121	88	71	47
1.6.12.9	Perito	17	17	17	17
1.6.12.10	Delegacia de Polícia	1	1	1	1
1.6.12.11	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.14 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.14.1	Cartório - recebido do advogado	4	3		
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.14.2	Cartório – aguardando	213	195	186	181
1.6.14.3	Cartório – aguardando AR	62	48	26	19
1.6.14.4	Cartório – aguardando carta precatória	13	10	21	13
1.6.14.5	Cartório – aguardando confecção de relação	5	1	7	1
1.6.14.6	Cartório – aguardando mandado	92	63	53	44
1.6.14.7	Cartório – aguardando publicação de relação	53	29	78	38
1.6.14.8	Cartório – arquivar	43	42	38	38
1.6.14.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.14.10	Cartório – escaninho do advogado	1	1	1	1
1.6.14.11	Cartório – escaninho do juiz	121	51	57	34
1.6.14.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	21	18	14	12
1.6.14.13	Cartório – escaninho do promotor	12	5	16	2
1.6.14.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	8	5
1.6.14.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	2	1
1.6.14.16	Cartório – recebido do contador	0	0	0	0
1.6.14.17	Cartório – prazo 1 a 31	76	67	99	65
1.6.14.18	Cartório – mesa do escrivão	16	13	6	6
1.6.14.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.14.20	Cartório – mesa 01 a 10	51	29	48	29
	Expedição/cumprimento				
1.6.14.21	Cartório – cumprir despacho	107	80	123	69
1.6.14.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.14.23	Cartório – expedir alvará	9	9	11	8
1.6.14.24	Cartório – expedir correspondência	3	3	1	1
1.6.14.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.14.26	Cartório – expedir formal	1	1	1	1
1.6.14.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.14.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.14.29	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.14.30	Cartório – aguardando petição	23	12	24	13
1.6.14.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	47	29	46	34
1.6.14.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 18-4-2016.				
	b) Segunda verificação em 8-7-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		12	1
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 8-7-2016.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	2	2
		Definitivo		1	2
1.7.9.1	Réu preso - total		3	4	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 8-7-2016.		



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
1.7.13	Observações		
a)	Primeira verificação em 18-4-2016. [REDACTED]		
b)	Segunda verificação em 8-7-2016. b1) Verificou-se nos processos (0137055-98.2013.8.24.0064, [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]) que não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015.		



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Não alimentado	Não alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido		
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória		
1.8.5	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 687 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Não há bens cadastrados no SNBA. b) Segunda verificação em 8-7-2016. b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 644 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Não há bens cadastrados no SNBA. c) Itens 1.8.2, 1.8.3 e 1.8.4: não se aplica em face da competência da unidade.		



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não alimentado	Não alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 8-7-2016. c) Existem 4 programas institucionais de acolhimento cadastrados no sistema, os quais não estão atualizados.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 18 de julho de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

André Pacheco
Analista Jurídico - M20683